

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE ADMINISTRAÇÃO, CIÊNCIAS CONTÁBEIS E
CIÊNCIAS ECONÔMICAS

PESQUISA EM CONTABILIDADE PÚBLICA NO BRASIL: UM
ESTUDO BIBLIOMÉTRICO NOS ANOS DE 2006 A 2016

ALAN BRITO DA SILVA

GOIÂNIA

2017

Prof. Dr. Orlando Afonso Valle do Amaral

Reitor da Universidade Federal de Goiás

Profa. Dra. Gisele de Araújo Prateado Gusmão

Pró-reitora de Graduação da Universidade Federal de Goiás

Prof. Dr. Moisés Ferreira da Cunha

Diretor da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade

Prof. Dr. Kleber Domingos de Araújo

Coordenador do curso de Ciências Contábeis

Alan Brito da Silva

**PESQUISA EM CONTABILIDADE PÚBLICA NO BRASIL: UM
ESTUDO BIBLIOMÉTRICO NOS ANOS DE 2006 A 2016**

Trabalho de conclusão de curso
apresentado como requisito
parcial para a obtenção do título
de Bacharel em Ciências
Contábeis sob a orientação do
Prof. Me. Mac Daves de Moraes
Freire.

GOIÂNIA

2017

RESUMO

Este estudo objetiva retratar o perfil dos artigos científicos em Contabilidade Pública com publicação entre os anos de 2006 e 2016 em periódicos nacionais. Para tanto, foi utilizada uma análise bibliométrica, com características descritiva, documental e quantitativa para a concretização dos achados. Foi utilizado como critério para a seleção dos periódicos o sítio da Associação Nacional de Programas de Pós-Graduação em Ciências Contábeis (ANPCONT). Para este trabalho, os periódicos foram avaliados nos seguintes estratos do Qualis: A2, B1, B2, B3 e B4. Análise bibliométrica foi estabelecida a partir da estipulação de variáveis ligadas a características conceituais de Contabilidade Pública (MCASP 7ª Edição), a abordagem metodológica dos periódicos e a características dos pesquisadores. Com resultado, constatou-se o estrato B3 possui maior número de artigos publicados. O conceito de Contabilidade Pública encontra-se maior ênfase no aspecto Fiscal. Quanto ao objetivo metodológico de pesquisa, mostrou-se limitada, embora sobressaíam as características descritiva e exploratória. Quanto à abordagem metodológica, abordagem quantitativa possui maior relevância nas publicações. Os procedimentos bibliográfico e documental são refletidos na maioria das pesquisas. O quantitativo da titulação acadêmica está distribuído nas diversos estratos do Qualis, exceto pós-doutor. A UnB aparece como origem da maioria dos pesquisadores. O pesquisador Maurício Correa da Silva é quem possui maior número de artigos publicados.

Palavras-Chave: Contabilidade Pública. MCASP. Bibliometria

LISTA DE ANEXOS

Anexo 1	36
----------------------	----

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Modelo de implementação da nova Contabilidade Pública.....	11
Figura 2: Aspecto atual da Contabilidade Pública no Brasil.....	12

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Discriminação de pesquisas bibliométrica em Contabilidade Pública.....	14
--	----

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Frequência de Publicações QUALIS.....	19
Tabela 2 - Frequência de Publicações – (MCASP 7 ^a).....	20
Tabela 3 – Variação anual dos Artigos conforme o MCASP 7 ^a Edição.....	21
Tabela 4 – Percentual de Publicações Qualis x Aspectos do MCASP.....	22
Tabela 5 – Objetivo Metodológico de Pesquisa.....	23
Tabela 6 – Representatividade da Abordagem Metodológica da Pesquisa.....	24
Tabela 7 - Representatividade dos Procedimentos de Pesquisa.....	25
Tabela 8 – Representatividade da Titulação Acadêmica dos Pesquisadores.....	26
Tabela 9 - Vínculo Acadêmico dos Pesquisadores nas Universidades.....	27
Tabela 10 – Produtividade Acadêmica Por Autor.....	28
Tabela 11 – Composição da Filiação Acadêmica dos Pesquisadores.....	29
Tabela 12 – Sexo e Frequência do Qualis.....	29

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	6
1.2 JUSTIFICATIVA	7
1.3 OBJETIVOS DA PESQUISA	7
1.3.1 OBJETIVO GERAL	7
1.4 ESTRUTURAÇÃO DA PESQUISA	8
2. REFERENCIAL TEÓRICO	8
2.1 CONTABILIDADE PÚBLICA	8
2.2 NORMAS BRASILEIRAS DE CONTABILIDADE APLICADAS AO SETOR PÚBLICO.....	10
2.3 PESQUISAS BIBLIOMÉTRICAS EM CONTABILIDADE PÚBLICA.....	13
3. METODOLOGIA.....	15
3.1. ASPECTOS BIBLIOMÉTRICOS.....	15
3.1.1 DELIMITAÇÃO QUANTO À METODOLOGIA	15
3.1.2 ORIGEM DOS DADOS	16
4. APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS	18
4.1 DAS CARACTERÍSTICAS CONCEITUAIS DE CONTABILIDADE PÚBLICA (MCASP 7ª)	19
4.2 DA ABORDAGEM METODOLÓGICA DOS PERIÓDICOS.....	23
4.3. DAS CARACTERÍSTICAS DOS PESQUISADORES.....	25
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	31
6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	33
Anexo 1	36

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do Programa de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da UFG.

Brito da Silva, Alan
PESQUISA EM CONTABILIDADE PÚBLICA NO BRASIL: UM ESTUDO BIBLIOMÉTRICO NOS ANOS DE 2006 A 2016 [manuscrito] / Alan Brito da Silva. - 2017.
37, XXXVII f.: il.

Orientador: Prof. Mac Daves de Moraes Freire .
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Universidade Federal de Goiás, Faculdade de Administração, Ciências Contábeis e Ciências Econômicas (FACE), Programa de Pós-Graduação em Administração, Goiânia, 2017.

Bibliografia. Anexos. Apêndice.

Inclui gráfico, tabelas, lista de figuras, lista de tabelas.

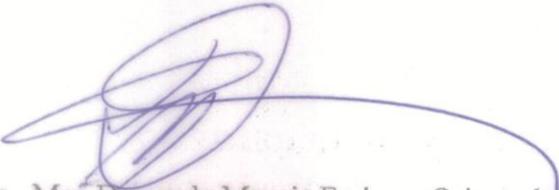
1. Contabilidade Pública. 2. MCASP. 3. Bibliometria. I. , Mac Daves de Moraes Freire, orient. II. Título.

CDU 657

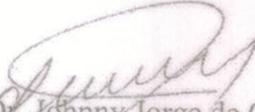
Alan Brito da Silva

**PESQUISA EM CONTABILIDADE PÚBLICA NO
BRASIL: UM ESTUDO BIBLIOMÉTRICO NOS ANOS
DE 2006 A 2016**

Trabalho de Conclusão de Curso (monografia) submetido e defendido publicamente na Faculdade de Administração, Ciências Contábeis e Ciências Econômicas (Face) da Universidade Federal de Goiás (UFG) como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Bacharel em Ciências Contábeis, aprovado pela seguinte Comissão Examinadora:



Prof. Ms. Mac Daves de Moraes Freire - Orientador
Universidade Federal de Goiás (UFG)



Prof. Dr. Johnny Jorge de Oliveira - Avaliador
Universidade Federal de Goiás (UFG)



Prof. Dr. Ilirio José Rech - Avaliador
Universidade Federal de Goiás (UFG)

1. INTRODUÇÃO

Na área acadêmica, as pesquisas no setor público, durante vários anos, tiveram preocupações reduzidas, seja pela dificuldade em obtenção dos dados, seja por falta de interesse em pesquisas neste setor. Todavia, segundo Oliveira *et al.* (2013), com o advento das Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP) em 2008, pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) esta realidade vem sendo alterada.

Embora o objeto contábil seja, em essência, o patrimônio, a Contabilidade Pública sempre foi vista como uma técnica desvinculada das demais áreas da Ciência Contábil, visto que, com o enfoque pautado essencialmente no orçamento, desviava-se do controle patrimonial. Porém, com exigências e com buscas atinentes à padronização das normas contábeis, houve a necessidade de alinhar os procedimentos contábeis e orçamentários nas diversas esferas do governo ao objetivo precípuo contábil: o patrimônio.

Em virtude do que foi mencionado, a contabilidade no setor público se tornou importante no processo de geração de informações aos entes públicos. Dado que facilita a comparação e o acompanhamento da situação econômico-financeira dos entes governamentais.

Quanto a pesquisas, - segundo Dal Vesco, Santas e Scarpin (2015) -, o interesse em explorar cientificamente o setor público tem sido realizado com mais frequência e, porquanto, sendo publicados diversos estudos nos últimos anos em importantes congressos e periódicos sobre os mais variados temas alusivos.

Nesse panorama, ao buscar compreender o interesse dos pesquisadores sobre contabilidade no setor público, a análise, por meio da Bibliometria, vem, sobremaneira, ganhando importância entre as publicações recentes em congressos e periódicos contábeis (SPLITTER; ROSA, 2012). Acrescentam que a Bibliometria consiste em avaliar, de forma quantitativa, o objeto que se decidiu estudar. Nesse diapasão, visa avaliar e descrever os principais temas de interesse, contribuindo para a divulgação das transformações e/ou afirmações concernentes à abordagem teórico-doutrinária, metodológica, característica da produção científica.

A principal contribuição deste trabalho é disseminar o conhecimento científico em Contabilidade Pública, conforme preconiza o Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público (MCASP 7ª), principalmente para o meio acadêmico, visto que esta pesquisa permite a avaliação e o desenvolvimento de novos trabalhos relacionados ao setor público, ao

considerar as particularidades e o propósito Contabilidade Aplicado ao Setor Público (CASP), sobretudo com a utilização da Bibliometria.

1.2 JUSTIFICATIVA

Tendo em vista a importância e a amplitude conceitual da Contabilidade Pública, esta pesquisa está referendada tanto na abordagem como na dinamicidade relacionadas ao interesse dos pesquisadores na área pública. Por caracterizar-se numa análise de âmbito nacional, pretende-se evidenciar, com os critérios utilizados, a estruturação das pesquisas em Contabilidade Pública no Brasil. Nesse diapasão, tem-se como diferencial ampliar o escopo da pesquisa, com relação aos artigos verificados, ao visar a uma análise bibliográfica em todos os aspectos contábeis (orçamentário, patrimonial e fiscal) embasados no MCASP 7ª Edição.

Diante do exposto, o trabalho pretende responder ao seguinte problema: **Quais são as características das pesquisas relacionadas à Contabilidade Pública divulgadas em periódicos contábeis no Brasil conforme os aspectos do MCASP 7ª Edição?**

1.3 OBJETIVOS DA PESQUISA

1.3.1 OBJETIVO GERAL

O objetivo geral do trabalho em questão é analisar o perfil bibliométrico de pesquisas em Contabilidade Pública divulgadas em periódicos nacionais de natureza contábil entre os anos de 2006 a 2016.

Para atingir ao objetivo geral desta pesquisa, propõe-se analisar a produção científica em Contabilidade Pública ao considerar os aspectos da Contabilidade Pública dado MCASP 7ª Edição, a metodologia empregada nos artigos e a origem dos pesquisadores.

1.4 ESTRUTURAÇÃO DA PESQUISA

Quanto à estruturação, este trabalho compõe-se de 3 seções textuais, em ordem decrescente. A primeira seção é representada pela introdução, que contextualiza e traz explicações da importância de estudos em Contabilidade Pública, bem com a utilização da Bibliometria. Em seguida, estão presentes a justificativa, o problema, o objetivo geral e específico associados à temática. Na segunda seção, o referencial teórico está subdividido em conceitos relacionados à Contabilidade Pública, à NBCASP, à pesquisa bibliométrica em Contabilidade Pública. Na terceira seção, são descritos os aspectos metodológicos propostos utilizados no presente Estudo.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

Nesta seção, são evidenciados os requisitos teóricos que conduziram o desenvolvimento deste trabalho. São abordados os conceitos de Contabilidade Pública, além do seu processo de modernização, o desenvolvimento da pesquisa para o tema em apreço, bem como alguns estudos bibliográficos anteriores relevantes.

2.1 CONTABILIDADE PÚBLICA

Para Ávila e Andrade (2015), o fato de o Estado ser responsável para com a sociedade civil, urge a necessidade de ferramentas que permitam o registro, controle e evidenciação das finanças do setor público, sendo uma dessas ferramentas a Contabilidade Pública.

É de suma importância destacar o marco teórico-institucional, que caracteriza o campo de atuação da Contabilidade Pública. Nesse sentido, Araújo (2012) dispõe que a Contabilidade Pública é o instrumento de controle e acompanhamento das ações e políticas públicas, que são materializadas na correta aplicação dos recursos públicos, na condução ética

da gestão e na obrigação dos gestores governamentais de prestar contas. Por conseguinte, a elaboração das demonstrações contábeis, bem como os resultados alcançados, é de suma importância para nortear as ações dos gestores e para a compreensão dos cidadãos, em consonância com a governança.

No campo teórico, consoante ao conceito, Haddad e Mota (2010, p. 63) definem que a Contabilidade Pública como:

O ramo da Ciência Contábil que aplica na Administração Pública as técnicas de registro dos atos e fatos administrativos, apurando resultados e elaborando relatórios periódicos, levando em conta as normas de Direito Financeiro (Lei n. 4.320/64), os princípios gerais de finanças públicas e os princípios de contabilidade.

No Brasil, a contabilidade no setor público foi legalmente imposta, com aspectos ainda vigentes, pela Lei nº 4.320/1964, que em seu art. 101, dispôs: “os resultados gerais do exercício serão demonstrados no Balanço Orçamentário, no Balanço Financeiro, no Balanço Patrimonial, nas Demonstrações das Variações Patrimoniais”.

No entanto, com tal ênfase legal adotada, a Contabilidade Pública atribuiu maior relevância às diretrizes orçamentárias e financeiras. Nos dizeres de Santos, Oliveira e Trajano Júnior (2013), a Contabilidade Pública tradicional, quanto à mensuração dos eventos econômicos passados, utiliza o conceito patrimonial de forma falha, restringindo-se à execução orçamentária e à financeira. Tais autores acrescentam ainda que o enfoque orçamentário e financeiro contraria o Princípio da Entidade à medida que o patrimônio se afasta do objeto da contabilidade.

Para compatibilizar a contabilidade no setor pública com o patrimônio, por meio de exigências normativas, órgãos internacionais vêm catalisando o processo de adoção e padronização contábil no âmbito governamental. De acordo com Lino (2015), a crescente demanda por informação contábil no âmbito público se intensificou no Brasil com o compromisso do Tesouro, com auxílio da Secretaria de Tesouro Nacional (STN), junto ao Fundo Monetário Internacional (FMI) em consolidar a dívida pública em 1998. Nesse passo, a promulgação da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) no ano 2000 e a decisão de convergência às *International Public Sector Accounting Standards (IPSAS)* intensificaram o movimento para a reforma fiscal e contábil, respectivamente.

Com o processo de modernização da Contabilidade Pública, atribui-se ainda a importância de geração de informações contábeis relevantes para a tomada de decisão. De acordo Borges (2012), para o processo atual da Nova Contabilidade Aplicada ao Setor

Público (NCASP), as reformas contábeis não se referem apenas à convergência das normas internacionais do setor público conforme as *IPSAS*. Mas, sobretudo, procuraram estabelecer um novo patamar na produção de informações contábeis, principalmente para auxiliar os gestores públicos na tomada de decisão no trato dos recursos públicos.

Há de se ressaltar a amplitude que abrange o termo Contabilidade Pública. Neto et al. (2009) assume, de forma abrangente, que a Contabilidade Pública está associada ao termo “contas públicas” ao representar o conjunto de dados e informações de natureza econômico-financeira das entidades públicas, produzidos pelos órgãos de contabilidade, com referência ao planejamento e ao orçamento. Tais informações podem ser associadas a dados de natureza monetários e não monetários: financeiros, orçamentários e operacionais.

2.2 NORMAS BRASILEIRAS DE CONTABILIDADE APLICADAS AO SETOR PÚBLICO

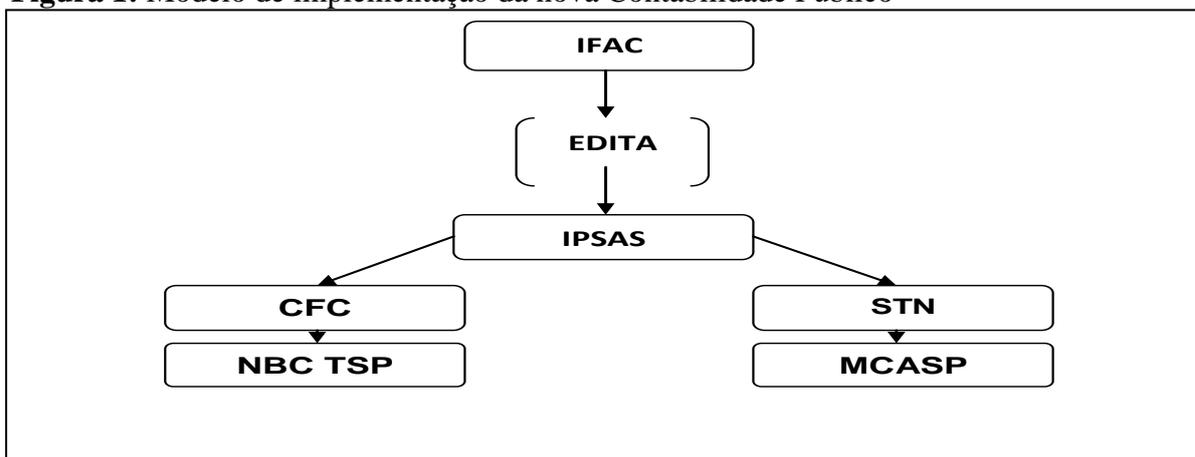
Santos, Oliveira e Trajano Júnior (2013) discorrem que, a partir do reconhecimento da importância do equilíbrio fiscal por meio da LRF, iniciou-se um processo de mudança na Gestão Pública e na Contabilidade Pública no Brasil. Acrescentam que vem surgindo uma nova forma de Administração Pública - a gerencial e, por consequência, de controle e informações confiáveis para tomada de decisões acerca de um enfoque técnico prospectivo como atividade de vanguarda na vigilância e orientação do bem público.

Por conseguinte, no cenário atual, o setor público vem incorporando ferramentas de controle e informações gerenciais em consonância com exigências e melhores práticas que visam estabelecer eficiência para a sociedade.

Diante disso, Lima, Santana e Guedes (2009), na perspectiva da modernização da gestão do patrimônio público e do resgate de procedimentos e de princípios contábeis, o setor público tem empreendido esforços em três pilares: a promoção do desenvolvimento conceitual, o fortalecimento institucional e a convergência às normas internacionais de Contabilidade Pública aplicada ao setor público. Ademais, acrescentam que o objetivo da Contabilidade Pública é contribuir para o reconhecimento, a mensuração e a evidenciação de atos e fatos administrativos fundamentados na Teoria da Contabilidade e que reflita a essência das transações governamentais e seu impacto no patrimônio.

No Brasil, segundo Braga (2015), o CFC, na qualidade de órgão regulador das práticas contábeis e de membro da *International Federation of Accountants* (IFAC), instituiu a força-tarefa para desenvolver as primeiras NBCASP fundamentadas nas *IPSAS*.

Figura 1: Modelo de implementação da nova Contabilidade Público



Fonte: Adaptado do TCE/RJ (2015)

A Figura 1 ilustra o modelo de implementação das Normas Internacionais de Contabilidade, cuja finalidade é atender as necessidades do setor público, editadas pelo IPSAS com base nas Normas Internacionais do *International Accounting Standards Board* (IASB) voltadas ao setor privado com o objetivo de padronizar as normas de Contabilidade Pública.

Segundo Prieto e Martins (2015), o CFC, com anuência da Portaria nº. 184/08 do MF (BRASIL, 2013), editada pelo Ministério da Fazenda (MF), e tendo como referência às normas contábeis editadas pela IFAC, dispôs sobre as diretrizes a serem traçadas no setor público no que concerne aos procedimentos, às práticas, à elaboração e à divulgação da adoção das normas internacionais de Contabilidade Pública no Brasil. Sendo assim, a STN referendou o MCASP, que representou o início da aplicação da NBCASP.

Conforme a RESOLUÇÃO CFC N.º 1.328/11 (art. 4º, II), tendo como referência a NBCASP, o CFC aprovou inicialmente as Normas Brasileiras de Contabilidade aplicadas ao Setor Público (NBC T), que foram editadas para necessidades locais a partir de 2008, todavia sem equivalentes internacionais. Para alcançar as diretrizes das *IPSAS*, o CFC vem publicando Normas Brasileiras de Contabilidade aplicadas ao Setor Público (NBC TSP),

convergentes com as Normas Internacionais de Contabilidade para o Setor Público conforme a IFAC. Porém, a RELOLUÇÃO N.º 1.328/11 passou por uma revogação, ao ser atualizada em 2011.

Para dar aplicabilidade às diferentes normas contábeis vigentes do setor público, a STN vem disponibilizando o MCASP. Após diversas atualizações, com várias alterações e acréscimos, o MCASP, em 2017, corresponde à 7ª Edição.

Conforme o MCASP 7ª Edição (2017, p. 21), sua função é colaborar com o processo de elaboração e execução orçamentária e contribuir para o resgate do objeto da contabilidade como ciência, que é o patrimônio. Sendo assim, a contabilidade poderá atender a demanda de informações requeridas por seus usuários, possibilitando a análise de demonstrações contábeis adequadas aos padrões internacionais, com enfoques orçamentário e patrimonial, dado um Plano de Contas Nacional.

Devido à abrangência do MCASP 7ª Edição, mesmo com a adoção da NBCASP, é possível deparar-se com diversos aspectos relacionados à informação contábil de acordo com a Figura 2.

Figura 2: Aspecto atual da Contabilidade Pública no Brasil



Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional (STN)

Assim, pode-se concluir que a NCASP associa o campo contábil a aspectos além da finalidade patrimonial, incluindo aspectos orçamentários e fiscais.

Dessa forma, segundo o MCASP 7ª Edição (2017, p. 23), a CASP visar abordar os seguintes aspectos na divulgação da informação contábil:

a) orçamentário: compreende o registro e a evidenciação do orçamento público, desde a sua aprovação até a sua execução.

b) patrimonial: compreende o registro e a evidenciação da composição patrimonial, inclusive suas variações, do ente governamental.

c) fiscal: compreende a apuração e evidenciação, por meio da contabilidade, dos indicadores estabelecidos pela LRF, com destaque para as despesas com pessoal, com operações de crédito e com a dívida consolidada, além da verificação da disponibilidade de caixa, do resultado primário e do resultado nominal, almejando o equilíbrio das contas públicas com vista à prestação de contas e responsabilização.

Em síntese, instrumentos normativos vêm retratando o campo de atuação da Contabilidade Pública além dos fundamentos e princípios patrimoniais, porquanto a pluralidade e abrangência serem diversificadas. Para Lima, Santana e Guedes (2009), apesar de se apresentarem como marco regulatório na Contabilidade Pública brasileira, a Lei nº. 4.320/1964 e a LRF não incorporaram, em seu âmago, tão somente fundamentos da Teoria da Contabilidade, mas aspectos orçamentários e fiscais. Isso foi possível em função de o patrimônio, as finanças e o orçamento exigirem controles correlacionados e vinculados à transparência para a atuação e prestação de contas dos governos.

2.3 PESQUISAS BIBLIOMÉTRICAS EM CONTABILIDADE PÚBLICA

Podem-se citar diversos estudos de pesquisadores brasileiros, que se debruçaram acerca da utilização da Bibliometria como forma de avaliação da produção científica em Contabilidade Pública. Por meio da quantificação das divulgações realizadas nos meios de produção científica, cabem destacar a seguir alguns estudos realizados no Brasil.

No Quadro 1, são descritas as principais características referentes ao uso da Bibliometria em 5 estudos aplicado em Contabilidade Pública.

Quadro 1 – Discriminação de pesquisas bibliométrica em Contabilidade Pública

Autor	Objetivo	Metodologia	Principais Resultados
Juaniha, Bortoli e Peixe (2016)	Investigar a produção científica internacional sobre <i>accountability</i> no setor público	Período: de 2011 a 2015	Permite concluir que: (i) 2014 foi ano de maior publicação; (ii) a maior parte dos artigos é escrita por dois autores; (iii) EUA é o país mais influente, (iv) os métodos mais utilizados são: ensaios, estudos de caso e pesquisa documental; (vi) a maior parte dos autores não discutem o conceito <i>accountability</i> ; (vii) os setores mais estudados são: setor público, parcerias público-privadas e ONG's.
		Pesquisa: descritiva	
		Abordagem: bibliométrica	
		Análise: quali-quantitativa	
		Artigos Analisados: 150	
Santos (2015)	Mapear as características metodológicas das produções científicas publicadas no CBC, na área temática de CASP.	Período: de 2011 a 2014.	Houve predominância de autores do sexo masculino, o autor mais prolífero foi Carlos Alberto Pereira (3). A parceria foi a forma mais comum. A abordagem usada foi quantitativa. A instituição mais prolixa foi a UFSC e o Sul-Sudeste é o que mais publica. As referências nacionais são as mais usuais: 72%. E as fontes de pesquisas mais usadas são: revistas e livros.
		Pesquisa: descritiva	
		Abordagem: bibliométrica	
		Análise: quali-quantitativa.	
		Artigos Analisados: 111	
Macêdo e Lavarda (2013)	Descrever as características dos artigos publicados em periódicos nacionais e internacionais sobre orçamento público e controladoria pública.	Período: de 2001 a 2010	Observou-se que a grande totalidade das produções foi realizada por um autor, sendo 53% homens e 47% mulheres. A região Sul do Brasil apresentou a maior autoria. No âmbito internacional, 3 autores eram dos EUA, 3 de Taiwan, 1 da Nigéria e 1 da Alemanha. A UFMG possui o maior número de disciplinas obrigatórias sobre a área pública.
		Pesquisa: descritiva	
		Abordagem: bibliográfico	
		Análise: quantitativa	
		Artigos Encontrados: 29	
Silva, Souza e Araújo (2012)	Analisar a produção científica da CASP nos periódicos que utilizam o <i>Seer</i> e o <i>Scielo</i>	Período: 2011	Revelaram que os periódicos mais publicados foram: CGG (19), RAP (17), PPGCC/FURB (11) e Reflexão Contábil (10). Houve predomínio de autores do sexo masculino, com doutorado. A USP apresentou o maior número de autores. Foram mais utilizadas as brasileiras
		Pesquisa: descritiva	
		Abordagem: bibliográfica	
		Análise: qualitativa	
		Artigos encontrados: 152	

Fonte: Dados de pesquisas divulgados em periódicos nacionais

Portanto, pode-se concluir que o campo de pesquisa em Contabilidade Pública é muito abrangente quanto aos estudos e às divulgações no Brasil. Posto que podem ser encontrados tópicos relacionados a governança, a *accountability*, a custos, a orçamentos. Em síntese, parte dos estudos comunal de que há uma predominância de autores do sexo masculino, escassez em publicações nos mais diversos temas e os estudos/publicações foram concentrados principalmente no Sul e Sudeste.

Portanto, esta Pesquisa visa tratar a Contabilidade Pública conforme preconiza MCASP 7ª Edição segundo os seguintes aspectos: orçamentário, patrimonial e fiscal. Sendo assim, busca-se restringir o escopo conceitual nos moldes apresentados pelos aspectos mencionados.

3. METODOLOGIA

Na utilização do processo metodológico, para Beuren (2003), tanto o rigor científico do estudo como a qualidade do resultado dependem da correta definição dos métodos e procedimentos a serem empregados na observação e na coleta dos dados, na mensuração das variáveis e no uso das técnicas de análise dos dados.

3.1. ASPECTOS BIBLIOMÉTRICOS

3.1.1 DELIMITAÇÃO QUANTO À METODOLOGIA

Para o delineamento do resultado, este trabalho tem caráter quantitativo, visto que foi caracterizado pelo uso da quantificação da coleta de informações e pelo tratamento dos dados por meio de técnicas de estatística descritiva.

Quanto à abordagem, será utilizada a Bibliometria como forma de abordagem do acervo bibliográfico relacionado à temática Contabilidade Pública. Para Marconi e Lakatos (2005), a importância da Bibliometria se dá devido à forma como abrange toda a

documentação bibliográfica já tornada pública quanto ao tema em estudo, desde publicações avulsas, boletins, jornais, revistas, livros, pesquisas, monografias, teses e, até mesmo, material cartográfico.

Conceitualmente, a Bibliometria pode ser vista, segundo, Guedes e Borschiver (2005, p. 15), como:

[...] uma ferramenta estatística que permite mapear e gerar diferentes indicadores de tratamento e gestão da informação e do conhecimento, especialmente em sistemas de informação e de comunicação científicos e tecnológicos, e de produtividade, necessários ao planejamento, avaliação e gestão da ciência e da tecnologia, de uma determinada comunidade científica ou país.

Cardoso et. al. (2005) discorre que finalidade da Bibliometria consiste em mapear e conhecer trabalhos acadêmicos publicados em determinada área por meio de revisões sistemáticas como forma de possibilitar a avaliação e a reflexão desses estudos e da área em questão.

3.1.2 ORIGEM DOS DADOS

A primeira etapa da coleta de informações consistiu-se em elaborar uma lista dos periódicos em Contabilidade Pública com estratificação Qualis. Para isso, foi utilizado o sítio da Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) com auxílio da Plataforma Sucupira. Na CAPES, os periódicos são classificados em estratos, indicando o grau de qualidade, dentre os quais: A1, A2, B1, B2, B3, B4, B5 e C. Sendo A1 o mais elevado e C o mais baixo em nível de relevância. Para este trabalho, os periódicos foram avaliados nos seguintes estratos: A2, B1, B2; B3 e B4. Pois, os periódicos com classificação A1 não são representativos na Contabilidade Pública e optou-se, ainda, por excluir deste Estudo a classificação C por ser pouco representativa em termos de relevância acadêmica.

Na segunda etapa, foi utilizado como critério para a seleção dos periódicos o sítio da Associação Nacional de Programas de Pós-Graduação em Ciências Contábeis (ANPCONT),

que tem como finalidade atuar na representação de instituições brasileiras que mantêm cursos de mestrado e/ou doutorado em Ciências Contábeis. Para tanto, o Anexo 1 representa os achados quanto aos periódicos e à quantidade de artigos encontrados conforme o Qualis.

Quanto ao recorte temporal, pretende-se retratar a produção científica referente à Contabilidade Pública em Bibliometria entre os anos: 2006 a 2016. Tal recorte se justifica por buscar identificar o interesse da comunidade acadêmica para com a área em apreço haja vista o crescente interesse dos pesquisadores no setor público, principalmente após o início da convergência da Contabilidade Pública às exigências internacionais.

Na pesquisa, foi realizado um levantamento dos artigos de Contabilidade Pública, divulgados em periódicos contábeis de 2006 a 2016. Quanto ao procedimento técnico para o armazenamento e análise dos dados selecionados, foi utilizado os *Softwares da Microsoft: Word e Office Excel 2010*.

Para tanto, foram utilizadas, no sítio dos periódicos selecionados (ANEXO 1), as seguintes palavras-chave no campo pesquisa: “Contabilidade Pública”; “Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público”; “Lei de Responsabilidade Fiscal e Transparência Pública”; Lei 4320/64; “Orçamento Público”; “Receita Pública ou Despesa Pública” e “Finanças Públicas”.

Assim, após a coleta dos artigos, foram levantadas informações, por intermédio de uma análise documental, relacionadas:

1. às características gerais da produção científica, sendo elas:
 - a) principais temas abordados por pesquisadores subdivididos, conforme o MCASP 7ª Edição, em:
 - orçamentário;
 - patrimonial;
 - fiscal;
 - b) à metodologia de pesquisa utilizada atinente:
 - ✓ ao objetivo:
 - exploratório;
 - descritivo;
 - explicativo;

✓ à abordagem do problema:

- quantitativa;
- qualitativa;
- Quali-Quanti;

c) ao número de artigos publicados em cada ano;

2. características dos pesquisadores, sendo elas:

- a) titulação, filiação acadêmica e sexo dos autores;
- b) pesquisadores com maior destaque em publicações;

4. APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

Os principais resultados da pesquisa estão apresentados conforme o objetivo da proposta inicial e, portanto, estão apresentados como se segue.

Na total, 208 artigos foram levantados relacionados à Contabilidade pública, dos quais 204 foram explorados. Pois, 4 artigos são de autores estrangeiros, que embora retratem a Contabilidade Governamental, refere-se unicamente à realidade e à legislação dos respectivos países. Portanto, a amostra considerada para embasar o resultado exposto é de 204 artigos.

Dado o exposto, os artigos publicados, conforme seus respectivos Qualis, apresentam as seguintes descrições tendo em vista a Tabela 1.

Tabela 1 – Frequência de Publicações QUALIS

QUALIS	Artigos	Percentual	Fac
A2	26	12,75%	12,75%
B1	51	25,00%	37,75%
B2	22	10,78%	48,53%
B3	72	35,29%	83,82%
B4	33	16,18%	100,00%
Total	204	100,00%	- - - -

Fonte: Dados da pesquisa

Conforme a Tabela 1, verifica-se que a Classificação Qualis B3 possui o maior número de artigos publicados referentes à Contabilidade Pública conforme os requisitos do MCASP 7^a, no total de 72, ao representar 35,29% do todo. É conclusivo, conforme os dados, que não há uma homogeneidade na Classificação. Destaca-se ainda o fato de os artigos estarem concentrados na faixa de menor Classificação Qualis, uma vez que a soma de B4 e B3 representa 51,47% do total.

4.1 Das características conceituais de Contabilidade Pública (MCASP 7^a)

Em convergência ao MCASP 7^a, o conceito de Contabilidade Pública abrange os seguintes aspectos: orçamentário, patrimonial e fiscal, que referendam a denominação CASP. Todavia, com o objetivo de obter uma visão global das variáveis mensuradas e com o intuito de evidenciar resultados relevantes sobre a amostra, foi utilizada a nomenclatura Outros para complementar a classificação diversa do MCASP 7^a, porém considerada nos artigos. Pois, há artigos levantados relacionados à Contabilidade Pública, porém fora do critério mencionado.

Como evidencia a Tabela 2, os principais temas abordados por pesquisadores estão subdivididos conforme os aspectos do MCASP 7^a.

Tabela 2 - Frequência de Publicações – (MCASP 7^o)

Aspectos (MCASP)	Artigos	Percentual
Orçamentário	46	22,55%
Patrimonial	50	24,51%
Fiscal	87	42,65%
Outros	21	10,29%
Total	204	100,00%

Fonte: Dados da pesquisa

Dos dados encontrados e expostos, infere-se que o aspecto Fiscal possui maior relevância quantitativa, correspondendo a 42,65% do total. Embora haja um processo de convergência da Contabilidade Pública à semelhança informacional da Privada, abstrai-se que apenas 24,51% do total correspondem ao aspecto Patrimonial. Tendo em vista a abrangência conceitual, pode-se afirmar que o universo da informação Patrimonial é ainda pouco explorado por pesquisadores.

Para uma análise com maior acurácia, torna-se ainda premente realizar uma conexão com a quantidade dos artigos e seus respectivos números de publicações no período em análise: de 2006 a 2016.

Tabela 3 – Variação Anual dos Artigos Conforme o MCASP 7^a

Ano	Aspectos da Contabilidade Pública				Artigos	Percentual	Fac
	Orçamentário	Patrimonial	Fiscal	Outros			
2006	1	2	3	2	8	3,92%	3,92%
2007	6	0	4	0	10	4,90%	8,82%
2008	3	0	6	1	10	4,90%	13,72%
2009	1	4	7	2	14	6,86%	20,58%
2010	3	3	10	1	17	8,33%	28,91%
2011	4	3	5	3	15	7,35%	36,26%
2012	4	8	12	3	27	13,24%	49,50%
2013	4	8	8	1	21	10,29%	59,79%
2014	9	6	11	1	27	13,24%	73,03%
2015	5	9	12	3	29	14,22%	87,25%
2016	6	7	9	4	26	12,75%	100,00%
Total	46	50	87	21	204	100,00%	----

Fonte: Dados da pesquisa

Em consonância com o extratato da Tabela 3, foi realizada uma análise descritiva de cada variável de interesse observada, a partir da quantidade de artigos levantados do ano de 2006 a 2016. Verifica-se que o ano de 2015 sobressai, em relação aos demais, com uma produção de 14,22% do total, que corresponde a 29 artigos. Na presente década, a frequência acumulada de artigos é de 79,49% do total, que revela uma produção de 162.

É ainda notório o crescimento quantitativo de todos os aspectos do MCASP 7^a, ao considerar o ano de 2016, quando comparado com o ano de 2006. Porém, tal crescimento não foi demonstrado em termos de produtividade por revista, uma vez que a produção científica não foi analisada individualmente. O que tornam limitados os crescimentos evidenciados ao considerar um maior número de revistas com aderência à Classificação Qualis nos últimos anos, embora tal situação não tenha sido evidenciada em termos quantitativos nesta pesquisa. Fato que, ao ser considerado, pode diminuir o impacto da produtividade de publicações em Contabilidade Pública, quando comparado com anos anteriores.

Para complementar os aspectos conceituais de Contabilidade Pública, torna-se necessário abordar sua relação com a Classificação Qualis.

Tabela 4 – Percentual de Publicações Qualis x Aspectos do MCASP 7^a

QULIS	Artigos	Orçamentário	Patrimonial	Fiscal	Outros	Total
A2	26	15,93%	26,38%	50,00%	7,69%	100,00%
B1	51	18,37%	22,45%	44,90%	14,29%	100,00%
B2	22	9,09%	27,27%	54,55%	9,09%	100,00%
B3	72	29,17%	26,39%	38,89%	5,56%	100,00%
B4	33	17,14%	28,57%	37,14%	17,14%	100,00%

Fonte: Dados da pesquisa

Na Tabela 4, verifica-se existência de distribuição de frequências retratadas para o nível de publicações com Classificação Qualis dos periódicos e o grau de divulgação do conhecimento a respeito da informação contábil pública. É válido ressaltar o grau máximo de interesse nos aspectos conceituais está, em termos percentuais, assim qualificado nos diversos Qualis: Orçamentário (B3 com 29,17%); Patrimonial (B4 com 28,57%); Fiscal (B2 com 54,55%); Outros (B4 com 17,14%).

Acresce ainda o engajamento da Classificação Qualis, em suas respectivas qualificações, nas publicações de pesquisas conforme o grau de exigências estabelecido, ao apresentar os seguintes graus de interesses: A2 (Fiscal com 50,00%); B1 (Fiscal com 44,90%); B2 (Fiscal com 54,55%); B3 (Fiscal com 38,89%); B4 (Fiscal com 37,14%). Sendo assim, ambos os Qualis realizam publicações no aspecto Fiscal com maior ênfase. Portanto, os resultados descrevem que há predominância no aspecto Fiscal em todas as faixas da Classificação.

4.2 Da abordagem Metodológica dos periódicos

Nesta seção, estão apresentados os requisitos metodológicos quanto: ao objetivo, à abordagem do problema e ao procedimento de pesquisa, respectivamente. Esta classificação foi elaborada na condição de os artigos serem mapeados unicamente em uma característica.

O objetivo metodológico de pesquisas é composto das seguintes características: exploratória, descritiva e explicativa. Para tanto, devido a não identificação ou a características diferentes das apresentadas e/ou utilização de diferentes características, foi utilizada a descrição Diversos.

Tabela 5 – Objetivo Metodológico de Pesquisa

Objetivo Metodológico	Frequência	Percentual (%)	Fac
Exploratório	43	21,08%	21,08%
Descritivo	75	36,76%	57,84%
Explicativo	3	1,47%	59,31%
Diversos	83	40,69%	100,00%
Total	204	100,00%	----

Fonte: Dados da pesquisa

Em relação a tais características, a Tabela 5 evidencia que 83 dos artigos pesquisados, correspondendo um quantitativo de 40,69%, foram apresentados na categoria Diversos. Tal ocorrência se justifica, principalmente, pelo fato de os artigos publicados não apresentarem com clareza o objetivo metodológico. Além do mais, os artigos pesquisados, em algumas situações, possuíam diferentes classificações conforme as características básicas apresentadas ou não apresentaram uma classificação padrão.

No entanto, reconhecendo as limitações mencionadas, as características Descritivo e Exploratório relacionadas à Contabilidade Pública, que representam 57,84% ao todo, retratam um padrão metodológico pautado estritamente em apenas um dos requisitos. Para Raupp e Beuren (2003), a análise exploratória visa ao aprofundamento dos conceitos preliminares referente à determinada área não vislumbrada de forma satisfatória anteriormente. Enquanto a análise descritiva esclarece características inerentes ao estudo.

A abordagem metodológica da pesquisa apreende uma visão global das variáveis medidas com intuito de evidenciar resultados relevantes sobre a adoção pelos pesquisadores da objetividade e/ou subjetividade científica no tratamento dos achados. Portanto, a abordagem metodológica foi assim, classificada: Quantitativa, Qualitativa e Quali-Quanti com classificação em apenas uma das variáveis. No entanto, devido a não identificação ou a características diferentes das apresentadas e/ou utilização de diferentes características, foi utilizada a categoria Não Especificado.

Tabela 6 – Representatividade da Abordagem Metodológica da Pesquisa

Abordagem Metodológica	Frequência	Percentual (%)	Fac
Quantitativa	59	28,92%	28,92%
Qualitativa	50	24,51%	54,43%
Quali-Quanti	52	25,49%	78,92%
Não Especificado	43	21,08%	100,00%
Total	204	100,00%	- - - -

Fonte: Dados da pesquisa

Para a Tabela 6, com uma análise descritiva realizada, verifica-se que a abordagem Quantitativa possui maior relevância nas publicações, o que corresponde a 28,92% do total de publicações. Há de se ressaltar que ambas as variáveis aparecem com relativa homogeneidade. Contudo, a categoria Não Especificado é composta de 21,08% do total. Tal ocorrência se justifica, principalmente, pelo fato de os artigos levantados não apresentarem com clareza a abordagem metodológica em apreço.

Para Raupp e Beuren (2003), procedimentos de pesquisa retratam a maneira pela qual se conduz o estudo para a obtenção dos dados. Diante do exposto e considerando diferentes classificações, utilizou-se a categoria Diversos. Na tipologia procedimental, cada artigo foi classificado exclusivamente num único item.

Tabela 7 - Representatividade dos Procedimentos de Pesquisa

Procedimentos de Pesquisa	Frequência	Percentual (%)	Fac
Bibliográfico	34	16,67%	16,67%
Documental	47	23,04%	39,71%
Bibliografia/Documental	36	17,65%	57,36%
Estudo de Caso	21	10,29%	67,65%
Levantamento	20	9,80%	77,45%
Diversos	46	22,55%	100,00%
Total	204	100,00%	- - - -

Fonte: Dados da pesquisa

Diante das informações da Tabela 7, o procedimento mais utilizado foi o Documental com 23,04% do total. Para Raupp e Beuren (2003), as pesquisas documentais e bibliográficas se caracterizam por buscar informações previamente existentes. Dessa forma, ao considerar a frequência acumulada dos procedimentos Bibliográfico, Documental e Bibliografia/Documental em conjunto, as informações revelam que ambos correspondem a 57,36% do total. Quanto à categoria Diversos, que representa 22,55% do total, revela quantitativamente significativa, principalmente, pelo fato de os artigos publicados não se enquadrarem exclusivamente num único tipo de procedimento.

4.3. Das características dos pesquisadores

Em se tratando de outro objetivo deste estudo bibliométrico, com intuito de demonstrar a representatividade quanto às características dos pesquisadores em Contabilidade Pública, no cenário selecionado, buscou-se identificar: titulação acadêmica, vínculo acadêmico, filiação acadêmica e sexo dos pesquisadores, respectivamente. Para tanto, do total de 204 artigos, 608 nomes foram identificados, inclusive com repetições.

O perfil da titulação acadêmica permite conhecer os atributos individuais da formação universitária dos pesquisadores. Para padronizar o estudo, os discentes, que estavam no estágio doutorando, mestrando e graduando, foram enquadrados no mesmo grau acadêmico: doutor, mestre e graduado, respectivamente.

Tabela 8 – Representatividade da Titulação Acadêmica dos Pesquisadores

Título Acadêmico	QUALIS					TOTAL (%)
	A2	B1	B2	B3	B4	
Pós-doutor	0,00%	50,00%	0,00%	50,00%	0,00%	100,00%
PhD	14,29%	28,57%	14,29%	28,57%	14,29%	100,00%
Doutor/Doutorando	18,30%	28,76%	6,54%	31,70%	14,71%	100,00%
Mestre/Mestrando	13,19%	32,42%	10,99%	30,22%	13,19%	100,00%
Especialista	0,00%	15,79%	10,53%	34,21%	39,47%	100,00%
Graduado/Graduando	8,20%	22,95%	21,31%	26,23%	21,31%	100,00%
Não identificado	50,00%	50,00%	0,00%	0,00%	0,00%	100,00%

Fonte: Dados da pesquisa

Conforme evidencia a Tabela 8, verifica-se existência de distribuição de frequências para o nível de publicações com Classificação Qualis dos periódicos e o grau de titulação acadêmica dos pesquisadores relatados neste estudo. Portanto, o peso do grau acadêmico está, em termos percentuais, assim evidenciado nos diversos Qualis: Pós-doutor em apenas (B1 e B3) e demais títulos acadêmicos estão diversificados.

Podem-se observar ainda os seguintes achados referentes à titulação: Pós-doutor (B1 e B3) com 100,00%; PhD (B1 e B3) com 57,52%; Doutor/Doutorando (B1 e B3) com 60,46%; Mestre/Mestrando (B1 e B3) com 62,64%; Especialista (B3 e B4) com 73,68%; Graduado/Graduando bastante diversificado na Classificação Qualis.

A divulgação do vínculo acadêmico dos pesquisadores permite conhecer a origem acadêmica dos pesquisadores na elaboração dos artigos.

Tabela 9 - Vínculo Acadêmico dos Pesquisadores nas Universidades

Vínculo Acadêmico dos Pesquisadores	Frequência	Percentual	Fac
UnB	102	16,78%	16,78%
UFSC	50	8,22%	25,00%
UFRN	40	6,58%	31,58%
USP	39	6,41%	37,99%
UFPE	35	5,76%	43,75%
Diversos	342	56,25%	100,00%
Total de Pesquisadores	608	100,00%	----

Fonte: Dados da pesquisa

Em observância às informações da Tabela 9, esta pesquisa bibliométrica retrata que a origem acadêmica dos pesquisadores, referente à Contabilidade Pública nos moldes apresentados, está assim representada: as 5 universidades mais influentes concentram 43,75% do total dos pesquisadores; a UnB é a universidade que possui maior engajamento dos pesquisadores com 16,78% e a UFSC ocupa a segunda posição com 8,22% do total - com grande distanciamento da UnB. No entanto, os resultados não são os mesmos que deduzir que tais universidades possuem maior produtividade na divulgação de artigos, visto que um único artigo pode ser composto de nomes de diversos pesquisadores ou não.

A evidenciação da produtividade acadêmica, aliada aos aspectos do MCASP 7ª Edição, permite conhecer os autores com maior engajamento em pesquisas relacionadas à Contabilidade Pública. É válido observar que diferentes autores podem ter reunido condições e ter divulgado artigos em grupos e, portanto, tal artigo foi contado a ambos os pesquisadores.

Tabela 10 – Produtividade Acadêmica por Autor

Pesquisadores	Aspectos do MCASP 7 ^a				Total
	Orçamentário	Patrimonial	Fiscal	Outros	
Aneide Oliveira Araújo	1	1	4	1	7
Diana Vaz de Lima	0	8	0	1	9
Fábia Jaiany Viana de Souza	0	2	3	2	7
Jorge Expedito de Gusmão Lopes	0	4	3	0	7
José Dionísio Gomes da Silva	2	3	3	1	9
José Francisco Ribeiro Filho	1	5	2	0	8
Maurício Correa da Silva	7	5	6	1	19
Total	11	28	21	6	66

Fonte: Dados da pesquisa

Como descreve a Tabela 10, o pesquisador Maurício Correa da Silva é quem possui maior número de artigos publicados, nos últimos 11 anos, com 19. Ocupando a segunda posição, estão Diana Vaz de Lima e José Dionísio Gomes da Silva, ambos com 9. Quanto aos aspectos do MCASP 7^a, o interesse maior se deu ao Patrimonial com o total de 28 artigos, seguido do Fiscal e do Orçamentário com 21 e 11 artigos, respectivamente. Tal tendência se mostrou diferente da Tabela 2, quando considerada a totalidade dos artigos, tendo em vista que o aspecto Fiscal se sobressaiu.

Na composição da filiação acadêmica, procurou-se evidenciar o *status* dos pesquisadores com as instituições de ensino ao considerar docentes ou discentes. Nessa linha, pesquisadores que são docentes em determinadas universidades, mas que publicaram artigos como mestrando ou doutorando por outra instituição, foram considerados discentes por esta última. Em complemento, o campo Diversos abrange situações diferentes das mencionadas, como publicações de pesquisadores de instituições públicas fora da academia, ou que as buscas não foram satisfatórias com relação às origens.

Tabela 11 – Composição da Filiação Acadêmica dos Pesquisadores

FILIAÇÃO ACADÊMICA	Frequência	Percentual
Docentes	337	55,43%
Discentes	248	40,79%
Diversos	23	3,78%
Total	608	100,00%

Fonte: Dados das pesquisas

Diante das exposições colocadas na Tabela 11, os resultados mostram que 55,43% dos pesquisadores são docentes. Fato que coloca os professores na vanguarda da produção científica em Contabilidade Pública. Para complementar, 40,79% referem-se a discentes. No entanto, não se pode concluir que a filiação é composta apenas de docentes ou discentes oriundos dos cursos de Ciências Contábeis, uma vez que este Estudo não aventou essa classificação.

Na participação do sexo masculino ou feminino na produção científica, os resultados estão mapeados quanto à ênfase em cada faixa de qualidade no Qualis.

Tabela 12 – Sexo e Frequência do Qualis

Sexo	QUALIS					Percentual
	A2	B1	B2	B3	B4	
Masculino	60	126	38	117	62	66,29%
Feminino	27	50	20	72	36	33,71%
Total	87	176	58	189	98	100,00%

Fonte: Dados das pesquisas

Com base na Tabela 12, é evidente a diferença de publicações em Contabilidade Pública, conforme os critérios deste Estudo, entre homens e mulheres, mesmo em uma análise vinculada ao QUALIS. Pois, o sexo masculino abarca um total de 66,29% das publicações levantadas.

Quanto à classificação Qualis, o sexo masculino possui maior destaque em B1 com 126 nomes no total. Enquanto o sexo feminino possui maior destaque em B3 com 72 nomes. No entanto, não se confunde a quantidade de nomes com maior número de artigos publicados, uma vez que um artigo pode conter vários integrantes ou não.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo objetivou retratar o perfil dos artigos científicos em Contabilidade Pública com publicação entre os anos de 2006 e 2016 em periódicos nacionais com a utilização da análise bibliométrica com intuito de descrever a produção científica no setor público.

O MCASP 7ª Edição, utilizado como critério para estabelecer diretrizes sobre a aplicabilidade da Contabilidade Pública no Brasil, forneceu parâmetros para os aspectos: orçamentário, patrimonial e fiscal para tratar da CASP.

Todavia, a amplitude conceitual da CASP de maior destaque foi a referente ao aspecto fiscal, fornecendo uma análise que conduz para as diretrizes traçadas principalmente pela LRF, mesmo com o crescente empenho na implantação das normas internacionais de contabilidade aplicada ao setor público. Tendo em vista que os pesquisadores foram mais engajados na publicação do aspecto citado.

A Classificação Qualis, para divulgação dos artigos conforme o MCASP 7ª Edição, encontra-se na faixa de menor relevância, fato que emerge para a necessidade de maior aderência científica no futuro.

É válido ressaltar que muitos artigos levantados não apresentaram uma descrição metodológica objetiva, o que prejudica o entendimento na evolução dos estudos. Desta forma, o resultado direciona para uma limitação na pesquisa.

Abordagem quantitativa possui maior relevância nas publicações dado um elevado teor estatístico no manuseio dos dados e informações. Aliado a isso, os procedimentos bibliográfico e documental utilizados nos artigos publicados são demasiado significativo, uma vez que visa buscar informações previamente já existentes.

Diversas pesquisas retratam a Contabilidade Pública com diferentes nuances. Esta pesquisa limitou-se a tratar a contabilidade no setor pública conforme MCASP 7ª Edição. Este trabalho contribuiu para atualização de novas observações acerca de divulgações conforme a CASP (com enfoque semelhante à contabilidade societária), porém com abrangência nos aspectos orçamentário e fiscal.

Os resultados deste estudo não encerram a temática discutida, sendo necessárias novas pesquisas, uma vez que as discussões são recentes e a dinamicidade da NCASP vem passando por diversas transformações.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, B. H. Aportes bibliométricos à produção científica nos principais periódicos da área de ciência da informação do Brasil, no período de 2006-2010. 2013. Tese de Doutorado. Tesis de Maestría. **Universidade Estadual Paulista**, Marília, Brasil.

ANDRADE, A.S; ÁVILA, L. A. C. de. Contabilidade Pública: Uma revisão de estudos de 2000 a 2013. **6º Congresso UFSC de Iniciação Científica em Contabilidade**.

ARAÚJO, M. B. Novas tendências da contabilidade aplicada ao setor público: a percepção dos contabilistas ao processo de convergência. 2012. 106 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Cont. Atuariais) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2012. Disponível em: <https://sapientia.pucsp.br/handle/handle/1489>

BEUREN, I. M. et al. "Redes de pesquisa entre os egressos do Doutorado em Ciências Contábeis da FEA/USP." **Contabilidade, Gestão e Governança** (2010).

BORGES, T. B. Utilização da informação gerencial no setor público: perspectiva diante das novas normas de contabilidade do setor público. **Biblioteca digital da UFMG (2012)**. Disponível em: <http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/handle/1843/BUOS-975GMF>

BRAGA, I. A. Convergência às NBCASP e ao MCASP: Um estudo sobre os municípios Pernambucanos em 2014 . Dissertação (Mestrado Profissional em Ciências Contábeis) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis, Fundação Instituto Capixaba de Pesquisas em Contabilidade, Economia e Finanças (**FUCAPE**), Vitoria, 2015. Disponível em: http://www.fucape.br/public/producao_cientifica/8/Disserta%C3%A7%C3%A3o%20-%20Ivaneide%20Almeida%20Braga.pdf

BRASIL. Lei 4.320, de 17 de março de 1964. Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L4320.htm.

BRASIL. *Lei Complementar nº 101*, de 4 de maio de 2000. Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, de 05 de maio de 2000.

Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/LCP/Lcp101.htm.

CAPES. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. **Qualis**. Disponível em: <http://qualis.capes.gov.br/webqualis/ConsultaPeriodicos.faces>.

CARDOSO, R. L. et al. Pesquisa científica em contabilidade entre 1990 e 2003. **RAE-revista de administração de empresas**, v. 45, n. 2, p. 34-45, 2005.

COOPER, D. R.; SCHINDLER, P. S. Métodos de Pesquisa em Administração. 7. ed. Porto Alegre: **Bookman**, 2003.

DAL VESCO, D. G.; DOS SANTOS, A. C.; SCARPIN, J. E. Análise do campo científico em pesquisas com a temática “terceiro setor” no Brasil, sob a perspectiva de redes sociais. **ConTexto**, v. 15, n. 29, p. 47-61, 2015.

GUEDES, V. L. S.; BORSCHIVER, S. Bibliometria: uma ferramenta estatística para a gestão da informação e do conhecimento, em sistemas de informação, de comunicação e de avaliação científica e tecnológica. In: CINFORM – Encontro Nacional de Ciência da Informação, VI. Salvador: UFBA, 2005.

HADDAD, R. C.; MOTA, Francisco Glauber Lima. Contabilidade Pública. 152 f. **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES**, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis. 2010.

LIMA, D. V. de; SANTANA, C. M.; GUEDES, M. A.; As Normas Brasileiras de Contabilidade aplicadas ao setor público e a legislação contábil pública brasileira: uma análise comparativa à luz da teoria contábil. *Revista Contabilidade e Governança*. Brasília. v. 12. n. 2. p. 15 – 2009.

LINO, A. F. A Reforma da Contabilidade Pública e os Tribunais de Contas. **Biblioteca Digital de Teses e Dissertações da USP (2015)**. Disponível em:

<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/96/96133/tde-06102015-163641/pt-br.php>

MANUAL DE CONTABILIDADE APLICADA AO SETOR PÚBLICO 7ª Edição (MCASP 7ª Edição): Disponível em:

<https://www.tesouro.fazenda.gov.br/documents/10180/563508/MCASP+7%C2%AA%20edi%C3%A7%C3%A3o+Vers%C3%A3o+Republica%C3%A7%C3%A3o+2017+06+02.pdf/3f79f96f-113e-40cf-bbf3-541b033b92f6>

MARCONI, M. de A., LAKATOS, E. M. Fundamentos de Metodologia Científica. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2005.

NETO, O. A. P. et al. Publicidade e transparência das contas públicas: obrigatoriedade e abrangência desses princípios na administração pública brasileira. **Contabilidade Vista & Revista**, v. 18, n. 1, p. 75-94, 2009.

PRIETO, M. F.; MARTINS, V. F. Adoção das Normas Internacionais de Contabilidade Pública no Brasil: uma Análise nos Demonstrativos da União no Triênio 2010 a 2012. **RAGC**, v. 3, n. 5, 2015.

RESOLUÇÃO CFC N.º 1.328/11 Dispõe sobre a Estrutura das Normas Brasileiras de Contabilidade. http://www1.cfc.org.br/sisweb/SRE/docs/RES_1328.pdf

SANTOS, G. C. dos; OLIVEIRA, M. A. G. de; TRAJANO JÚNIOR, E. O que é mais vantajoso para o município de Patos de Minas manter próprio ou terceirizar o transporte público escolar rural? Um estudo de caso. In: **CONGRESSO BRASILEIRO DE CUSTOS**, 20. 2013, Uberlândia.

SPLITTER, K; ROSA, C. A. da; BORBA, J. A. Uma análise das características dos trabalhos “ditos” Bibliométricos publicados no Enanpad entre 2000 e 2011. In: **CONGRESSO BRASILEIRO DE CUSTOS**, 20, 2013, Uberlândia.

Anexo 1

REVISTAS	QUALIS	Nº DE ARTIGOS
CONTABILIDADE VISTA & REVISTA	A2	11
REVISTA BRASILEIRA DE GESTÃO DE NEGÓCIOS	A2	0
REVISTA CONTABILIDADE & FINANÇAS	A2	6
REVISTO UNIVERSO CONTÁBIL	A2	9
ADVANCES IN SCIENTIFIC AND APPLIED ACCOUNTING	B1	4
BASE (UNISINOS)	B1	2
BRAZILIAN BUSINESS REVIEW	B1	2
CONTABILIDADE, GESTÃO E GOVERNANÇA	B1	7
CUSTOS E @GRONEGOCIOSONLINE	B1	2
ENFOQUE: REFLEXÃO CONTÁBIL	B1	8
REPEC - REVISTA DE EDUCAÇÃO E PESQUISA EM CONTABILIDADE	B1	13
REVISTA DE CONTABILIDADE DO MESTRADO EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS (UERJ)	B1	6
REVISTA DE CONTABILIDADE E ORGANIZAÇÕES	B1	7
PENSAR CONTÁBIL	B2	9
REVISTA CONTEMPORÂNEA DE CONTABILIDADE (UFSC)	B2	9
SOCIEDADE, CONTABILIDADE E GESTÃO (UFRJ)	B2	4
CONTEXTO	B3	7
RACE - REVISTA DE ADMINISTRAÇÃO, CONTABILIDADE E ECONOMIA	B3	3
RACEF - REVISTA DE ADMINISTRAÇÃO, CONTABILIDADE E ECONOMIA	B3	1
RC&C - REVISTA DE CONTABILIDADE E CONTROLADORIA (UFPR)	B3	5
REGISTRO CONTÁBIL – RECONT	B3	8
REVISTA AMBIENTE CONTÁBIL	B3	12
REVISTA CATARINENSE DA CIÊNCIA CONTÁBIL	B3	16
REVISTA DE GESTÃO, FINANÇAS E CONTABILIDADE	B3	5
REVISTA EVIDENCIAÇÃO CONTÁBIL & FINANÇAS	B3	7
REVISTA MINEIRA DE CONTABILIDADE	B3	8
ABCUSTOS (RS)	B4	3
CAP ACCOUNTING AND MANAGEMENT	B4	2
REAC.REVISTA DE ADMINISTRAÇÃO E CONTABILIDADE DA FAT	B4	9
REVISTA DE CONTABILIDADE (UFBA)	B4	11

REVISTA DE GESTÃO E CONTABILIDADE (UFPI)	B4	7
REVISTA PONTE.COM SINERGIA (SC)	B4	1
TOTAL	32	204

Fonte: Dados da pesquisa conforme a Classificação Qualis e ANPCONT